OUTRAS MATÉRIAS**RESOLUÇÃO Nº 209, de 04 de novembro de 2020 – CSPGE**

Institui o Regulamento de Promoções, relativo à carreira de Procurador do Estado do Pará, e revoga a Resolução s/nº publicada no DOE nº 33.681, de 17 de agosto de 2018, que regulamentava a matéria anteriormente. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, no exercício da competência que lhe confere o art. 25, da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, faz editar o presente REGULAMENTO DE PROMOÇÕES, relativo à carreira de Procurador do Estado, R E S O L V E :

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. A organização das listas e quadros de promoções e a efetivação das mesmas observará o disposto na Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002 e neste regulamento.

Art. 2º. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado declarará abertas, através de Resolução, as vagas nas diversas classes da carreira, a serem providas mediante promoção, sempre observando a disponibilidade orçamentária, o equilíbrio entre as classes e a necessidade de serviço, na forma do que dispõe o inciso XVI do art. 9º, da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002.

§1º. O equilíbrio entre as classes é ditado pelo quantitativo de processos, o mais igualitário possível, entre os Procuradores das diversas classes da carreira, observadas as peculiaridades de cada Procuradoria.

§2º. Fixadas as vagas a serem providas mediante promoção, o processo far-se-á, inicialmente, pelo critério de antiguidade, observado o quadro geral de antiguidade e o interstício de que trata o §3º do art. 25, da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002 e arts. 53 a 59, do Decreto nº 2.576, de 18 de outubro de 2010.

§3º. A promoção far-se-á, em cada classe, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

Art. 3º. A promoção ocorrerá sempre que houver vaga disponível, observando o disposto no art. 2º do presente regulamento.

Art. 4º. A Gerência de Recursos Humanos manterá registro do tempo de serviço dos Procuradores do Estado na carreira, anotando os afastamentos de que trata o §4º do art. 25, da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, em dias, meses e anos.

**CAPÍTULO II
DO QUADRO GERAL DE ANTIGUIDADE**

Art. 5º. O Conselho Superior fará publicar, no mínimo uma vez por ano, o Quadro Geral de antiguidade no órgão, excluindo da contagem, na forma do art. 57, do Decreto nº 2.576/2010, os períodos de licença sem vencimento e de suspensões disciplinares.

Art. 6º. O Procurador do Estado interessado poderá interpor recurso, requerendo a revisão do Quadro Geral de Antiguidade, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua publicação no Diário Oficial, arguindo, dentre outras questões, erro em sua composição, bem como a inobservância dos critérios de desempate de que trata o §6º do art. 25, da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, tudo na forma do inciso IX do art. 9º, da referida Lei Complementar. (NR)

§1º. O recurso previsto no caput deste artigo será dirigido ao Procurador-Geral do Estado, na qualidade de presidente do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado e será apreciado pelo Colegiado.

§2º. O Conselho se pronunciará, por maioria simples, sobre o recurso, em decisão irrecorrível.

Art. 7º. Qualquer Conselheiro poderá requerer, a qualquer tempo e de ofício, alteração no Quadro Geral de Antiguidade, à vista de erro na sua composição, solicitando esclarecimentos aos órgãos competentes da Procuradoria-Geral do Estado ou aos interessados.

**CAPÍTULO III
DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE**

Art. 8º. Não havendo impugnações ao Quadro Geral de Antiguidade ou sendo as mesmas decididas, na forma do §1º do art. 6º, do presente Regulamento, o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado declarará encerrada a fase recursal do procedimento de promoção por antiguidade.

Art. 9º. Será promovido por antiguidade o Procurador que figurar em primeiro lugar na classe a qual pertença, sendo a promoção efetivada por meio de Resolução do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, aprovada por maioria simples e publicada no Diário Oficial em até 05 (cinco) dias, consoante determina o parágrafo único do art. 55, do Decreto nº 2.576/2010.

Art. 10. O Procurador faz jus ao vencimento da classe para a qual foi promovido a contar da publicação da Resolução que decidiu sobre a promoção.

**CAPÍTULO IV
DA PROMOÇÃO POR MEREcimento
SEÇÃO I
DO QUADRO DE ACESSO**

Art. 11. Declarada aberta a vaga a ser provida por merecimento, o Conselho Superior aprovará, por meio de Resolução, o Quadro de Acesso composto na forma do art. 25, §2º, da Lei Complementar nº 041/2002 e dos arts. 58 e 59 do Decreto nº 2.576/2010.

§1º. Para composição do Quadro de Acesso será contado o tempo de serviço do Procurador na classe a qual pertença, excluído o tempo de afastamento de que trata o §4º do art. 25, da Lei Complementar nº 041/2002, bem como as exclusões previstas na Lei nº 5.810/94.

§2º. Os procuradores que concorram ao processo de promoção por merecimento, além da comprovação dos títulos, deverão apresentar lista sequencial das respectivas pontuações, seguindo a ordem dos Capítulos constantes do Anexo Único deste Regulamento.

Art. 12. Contado da publicação em Diário Oficial da Resolução de que trata o art. 11 deste Regulamento, os Procuradores terão prazo de 15 (quinze) dias para apresentação dos títulos e/ou impugnação ao Quadro de Acesso.

**SEÇÃO II
DA PONTUAÇÃO**

Art. 13. Para efeito de promoção por merecimento, será conferida ao Procurador a pontuação máxima de 100 (cem) pontos, atribuídos da seguinte forma: I – 35 (trinta e cinco) pontos no critério de segurança e eficiência no desempenho da função;

II – 35 (trinta e cinco) pontos no critério de participação na gestão institucional; III – 20 (vinte) pontos no critério de assiduidade, competência profissional e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento reconhecidos por órgãos oficiais; IV – 10 (dez) pontos no critério de títulos, diplomas, livros e trabalhos na área jurídica;

Parágrafo único. Além da pontuação máxima prevista no caput, poderão ser atribuídos até 6 (seis) pontos de bonificação por inexistência de medida correicional aplicada ao Procurador, na forma do Capítulo V, do Anexo Único, da presente Resolução.

Art. 14. O Conselho Superior adotará, para fins de aferição de merecimento, as conclusões havidas pela Corregedoria, na avaliação de que trata o inciso IV do art. 12, da Lei Complementar nº 041/2002, subsumidas à pontuação na forma estabelecida no Anexo Único da presente Resolução.

§1º. Será composta comissão de 05 (cinco) Conselheiros, designados pelo Procurador-Geral, para a aferição da pontuação apresentada pelos Procuradores que irão concorrer à promoção por merecimento.

§2º. A comissão poderá se reunir com o mínimo de 03 (três) Conselheiros para execução do seu mister.

Art. 15. Publicada a Resolução que aprovar o Quadro de Acesso, a Corregedoria encaminhará ao Conselho Superior, no prazo de 03 (três) dias úteis, o resultado da pontuação obtida pelos Procuradores que compõem o referido Quadro na avaliação de que trata o inciso IV do art. 12, da Lei Complementar nº 041/2002.

§1º. A avaliação prevista no caput deste artigo deverá aferir, dentre outros aspectos, a segurança e eficiência no desempenho das funções de Procurador do Estado.

§2º. A avaliação da Corregedoria referida no caput deste artigo se reporta aos itens 1 e 2 do Capítulo I, item 11 do Capítulo III e aos Capítulos V e VI, todos do Anexo Único deste Regulamento.

Art. 16. Em face dos documentos e informações pertinentes aos Procuradores que compõem o Quadro de Acesso, o Conselho efetuará a contagem de pontos obtidos por cada qual, divulgando eletronicamente o resultado total, do qual poderão os interessados extrair certidão.

Art. 17. Divulgado eletronicamente o resultado da pontuação, os interessados possuem o prazo de 3 (três) dias úteis para formular pedido de reconsideração, apontando eventuais erros materiais na contagem dos pontos efetuada pelo Conselho Superior.

Parágrafo único. O Conselho Superior emitirá certidão comprobatória dos títulos apresentados e pontuação obtida em processo de promoção aos Procuradores que concorrerem por merecimento.

Art. 18. Na hipótese de empate entre as pontuações, será promovido o Procurador:

I – Mais antigo na carreira;

II – Mais antigo na classe anterior;

III – Melhor classificado no concurso de ingresso na carreira;

IV – De maior tempo de serviço público estadual.

Art. 19. Em qualquer caso, o Conselho Superior desta PGE deverá justificar quando recusar a atribuição de pontuação de cada item do Anexo Único da presente Resolução, obedecidas as seguintes disposições:

I – Os itens constantes do Capítulo IV do Anexo Único da presente Resolução poderão ser utilizados tantas vezes quantas tiver interesse o Procurador quando se candidatar à promoção.

II – Os itens constantes dos Capítulos I, II e III, todos do Anexo Único da presente Resolução deverão ser reavaliados a cada mudança de classe, computando-se a respectiva pontuação em cada classe para uma única promoção por merecimento.

III – A participação em comissão ou grupo de trabalho deverá ser precedida de designação formal do Procurador-Geral ou da chefia imediata ou por qualquer outro meio hábil de prova.

IV – Os trabalhos jurídicos referidos no Capítulo IV, do Anexo Único da presente Resolução, de autoria coletiva, terão a pontuação reduzida proporcionalmente ao número de autores.

V – Para que não ocorra pontuação dupla, não serão atribuídos pontos para a participação nos conselhos nos casos em que tal participação decorrer de assento nato em virtude do exercício de cargo com pontuação própria.

VI – A pontuação que trata o item 1 do Capítulo III, do Anexo Único desta Resolução não se aplica aos que exercerem cargos de Coordenação e Chefia já contempladas nos itens 4 e 6 do Capítulo II, do mesmo Anexo.

Parágrafo único. A redução do inciso IV deste artigo não se aplica a obras coletivas, desde que o artigo ou capítulo tenha sido de autoria individual do Procurador, quando será aplicada a pontuação correspondente à de artigo jurídico, conforme o item 2, da seção II, do Capítulo IV, do Anexo Único, desta Resolução.

Art. 20. As medidas correicionais constantes do Capítulo V, do Anexo Único, somente integrarão a grade de pontuação do Procurador para fins de bonificação se aplicadas no período de 03 (três) anos imediatamente anteriores à data da declaração de abertura de vaga a ser promovida por merecimento, nos termos do art. 11 da presente Resolução.

Art. 21. As penalidades disciplinares constantes do Capítulo VI, do Anexo Único somente integrarão a grade de pontuação do Procurador para fins de decréscimos se aplicadas no período de 05 (cinco) anos imediatamente